



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CAMPUS: DARCY RIBEIRO
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSOS: ENFERMAGEM

MARIA DA CONCEIÇÃO MARQUES DE SOUZA

**TRAJETÓRIA DE UMA INDÍGENA FULNI-Ô NO CURSO DE ENFERMAGEM
DA UNB: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Brasília - DF

2020

Maria da Conceição Marques de Souza

**TRAJETÓRIA DE UMA INDÍGENA FULNI-Ô NO CURSO DE ENFERMAGEM
DA UNB: RELATO DE EXPERIÊNCIA.**

Trabalho Conclusão do Curso de graduação apresentado ao Departamento de Enfermagem, Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Aline Oliveira Silveira

Co-orientadora: Profa. Dr^a. Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Brasília - DF

2020

Maria da Conceição Marques de Souza

**TRAJETÓRIA DE UMA INDÍGENA FULNI-Ô NO CURSO DE ENFERMAGEM
DA UNB: RELATO DE EXPERIÊNCIA.**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem e aprovado em sua forma final pelo Curso de Enfermagem.

Brasília - DF, 17 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora

1 - Profa. Dra. Aline Oliveira Silveira (orientadora)

2 - Titular: Cláudia Regina Nunes dos Santos Renault.
Mestre e doutoranda em psicologia

3 - Titular: Denise Osório Severo
Doutora em Saúde Coletiva.

4 - Suplente: Marcelo Nunes de Lima
Mestre em Psicologia Social

Dedicatória

A minha família, ao povo Fulni-ô e todas as minhas ancestrais indígenas, em especial à memória da minha tia Arani Marques com quem aprendi muito sobre os saberes Fulni-ô e nas minhas lembranças com muito carinho.

Agradecimentos

*‘Agradeço antes de qualquer coisa, a base da minha coragem e força espiritual,
Edjadwá’ (DEUS).*

Agradeço em especial ao meu pai pelas orações e benzimentos, longe de casa, a minha mãe, pelo apoio e incentivo. Agradeço também os ensinamentos que foram essenciais para me tornar o que sou hoje. Agradeço imensamente aos meus irmãos pelo apoio, incentivo e compreensão e por estarem comigo em todos os momentos da minha vida. À toda minha família pelas orações e incentivo.

À Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pela concretização desse sonho desafiador, pelas passagens aéreas que me deram oportunidade de estar com a minha família nas férias. Dos estudantes indígenas agradeço as minhas amigas, Geovana Mandulão e Braulina Baniwa, pelo apoio e pelas palavras de incentivo e acolhimento nos momentos difíceis. As professoras, Silvia Guimarães, Ivone Kamada, Graça Hoefel, Keila Cristina, Rejane Griboski pelo aprendizado junto no projeto de extensão, Denise Severo e em especial a minha orientadora, Aline Silveira pela dedicação, incentivo e por ter acreditado em mim, confiado que seria possível construir um TCC em menos de dois meses.

E a todos aqueles que sempre me incentivaram direta e indiretamente a nunca desistir. Ao meu amigo de curso Leandro Xavier, pelos momentos compartilhados nas aulas, estágios e produção de trabalhos nos últimos anos. A coordenação indígena pelo acolhimento, compreensão, incentivo, pela sensibilidade e ensinamentos sobre trabalhar com os diferentes e diversidade; em especial a Claudia que sempre cuidou de mim, no nível físico e espiritual, a quem tenho uma imensa gratidão.

À Camila pela parceria, e inúmeras vezes que revisou meus trabalhos e documentos de solicitação, e Patrícia pelas rodas de conversas que nos possibilitou muitas vezes o estreitamento das relações e atenção psicológica, profissionais sensíveis à causa indígena, que faziam um esforço para atender a nossa demanda. Gratidão por cada palavra de incentivo e cuidado. A todos que direta e indiretamente participaram desse processo, muito obrigada.

RESUMO

A presença de povos indígenas nas universidades tem aumentando nos últimos anos, principalmente nas Universidades Federais (UFs) que através de vestibulares específicos, atendem a uma política de reparação histórica. A partir dessas possibilidades conquistadas pelos movimentos sociais indígenas tive a oportunidade de ingressar no Curso de Enfermagem, localizado no *campus* Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB). Nesse sentido, proponho neste trabalho uma análise de natureza descritiva e crítica-reflexiva sobre a entrada e permanência de estudantes indígenas na Universidade de Brasília, sobretudo dos processos de enfrentamentos e desafios experimentados neste contexto, e observando as opressões historicamente vivenciadas pelos povos indígenas em outros contextos. Para tanto relato minha trajetória e experiências enquanto indígena, mulher, do povo Fulni-ô e graduanda no curso de Enfermagem. Por meio das políticas de inserção, estudantes indígenas vivenciaram e vivenciam experiências de luta e trazem em seu corpo as marcas das lutas territoriais, uma vez que para nós indígenas, nossos corpos físicos e espirituais fazem parte dos nossos territórios e vice-versa.

Palavras-chaves: Política de inserção; Fulni-ô; Indígena mulher; Território; Saúde; Enfermagem.

RESUME

The indigenous people presence in universities has increased in recent years, mainly in Federal Universities (UFs) which, through specific entrance exams, get in historical policy repair. From these possibilities conquered by the indigenous social movements, the opportunity to enter the Nursing Course, located on the Darcy Ribeiro campus of the Brasília University (UnB). In this sense, I propose in this work an analysis of a descriptive and critical-reflexive nature on the entry and permanence of indigenous students at the Brasília University, above all of the processes of confrontations and challenges experienced in this context, and observing the oppressions historically experienced by indigenous peoples in other contexts. So, I report my trajectory and experiences as an indigenous woman, of the Fulni-ô people and a graduate student in the Nursing course. Through insertion policies indigenous students lived and living

experiences of struggle and bear on their bodies as marks of territorial struggles, since for us indigenous people, our physical and spiritual bodies are part of our territories.

Keywords: Insertion policy; Fulni-ô; Indigenous woman; Territory; health; Nursing.

LISTA DE FIGURAS

1 - Antes da maloca - Sala subsolo na UnB

2 - Maloca - Centro de convivência

LISTA DE SIGLA

AAIDF - Associação dos Acadêmicos Indígenas do Distrito Federal

AAIUnB - Associação dos Acadêmicos Indígenas da Universidade de Brasília

ASI - Ambulatório de Saúde Indígena

DAIA - Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica

COQUEI - Coordenação de Questão Indígena na UnB

DIV - Diretoria da Diversidade

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

HUB - Hospital Universitário de Brasília

MEC - Ministério da Educação

PVPI - Projeto Vidas Paralelas Indígena

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena

SOU - Serviço de Orientação ao Universitário

UnB - Universidade de Brasília

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

1. INTRODUÇÃO: APRESENTANDO A TEMÁTICA

A presença dos acadêmicos indígenas em universidades públicas é um marco recente no Brasil, decorrente da escolarização de crianças jovens e adultos nas comunidades indígenas, consolidada mediante a criação de políticas públicas que reconhecem e garantem a educação escolar indígena como um direito, assegurado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no plano Nacional de Educação de 2001 e nas Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Indígena no Brasil (AMARAL, BAIBICH-FARIA, 2012).

A Universidade Brasília - UnB foi pioneira na oferta de vagas específicas para indígenas no Ensino Superior, firmado em 2004, através do Convênio de Cooperação entre FUB/UNB com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Segundo Renault (2019) este convênio institui a criação de vagas suplementares e vestibular específico para estudantes indígenas. Assim, em 2012, com a promulgação da Lei 12.711 “lei de cotas” (BRASIL, 2012) tornou-se obrigatória a reserva de vagas nas universidades federais para pretos, pardos e indígenas. Levando em consideração a conformação do Brasil, como um Estado pluriétnico e multicultural, como resultado da garantia de direitos a esse Estado plural, o estudante indígena tem ingressado em universidades públicas, seja por vestibular específico ou Lei de Cotas.

Segundo o Censo de Educação Superior Indígena de 2014, realizado pelo Instituto Nacional de Educação Pública - INEP, os estudantes indígenas ainda constituem a menor alíquota (0,5%) de ingressantes nas Instituições Federais de Ensino Superior, seguidos dos amarelos (1,0%), pretos (6,6%) e pardos (28,%); brancos correspondem a um total de 29,8% dos ingressantes, e não declarados a 34,1% (SENKEVICS, 2017 *apud* RENAULT, 2019).

Em 2008, na Universidade de Brasília, havia muita evasão, pois ainda estávamos sem a Coordenação de Questões Indígenas (COQUEI), sem a MALOCA, sem identidade física na Universidade, sem referência, onde nós indígenas buscamos nos apoiar dentro das nossas possibilidades, tendo em vista a inserção em um novo mundo para nós, um processo de adaptação bem delicado e solitário, diante de um contexto bem desafiador. Em 2016, os “Assuntos Indígenas” vira coordenação dos acadêmicos indígenas da UnB. E assim se constitui a COQUEI.

A evasão dos estudantes indígenas ainda é recorrente, pois os mesmos se deparam com grandes dificuldades para permanência e diplomação, isso por diversos

motivos que não se resume somente a aspectos culturais, mas também, psicossociais, familiares, pedagógicos e econômicos (Renault, 2019).

Segundo Renault (2019), estes dados trazem a importância de se pensar em políticas públicas amplas que levem em consideração não apenas a inserção, mas também a permanência e diplomação dos estudantes indígenas, partindo do ponto de vista da especificidade e diversidade cultural. Apesar da UnB ter sido pioneira em implantar o programa de ingresso para indígenas, há 10 anos, até o momento menos de 30 alunos indígenas se formaram, indicador que ressalta os efeitos das dificuldades encontradas (AURORA, 2018).

No entanto o método de ingresso ofertado pela UnB constitui uma vertente de oportunidade para os estudantes indígenas no ingresso ao ensino superior, sendo esses: o vestibular indígena/vagas suplementares, transferência facultativa e cotas/universal, é notório que o número de estudantes indígenas ingressantes pelo vestibular indígena vagas/suplementares, mesmo sendo menor, ainda é a principal forma de ingresso de indígenas na UnB, semelhante a outras Instituições de Ensino Superior-IES que garantem um único meio de ingresso (Renault, 2019).

Segundo a Coordenação da Questão Indígena COQUEI (2019), atualmente existem na UnB 169 estudantes indígenas na graduação, oriundos de vários estados, que ingressaram pelo vestibular indígena/vagas suplementares, em 37 cursos sendo esses, Enfermagem, Engenharia Florestal, Medicina, Nutrição, Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Serviço Social, Ciências Naturais, Geografia, Ciências Políticas, Psicologia, Administração, Saúde Coletiva, Direito, Gestão do Agronegócio, Gestão Ambiental, Gestão de Políticas Públicas, Comunicação Organizacional, Fisioterapia, Jornalismo, Língua Portuguesa e Respectiva Literatura, Relações Internacionais, Licenciatura em Língua Portuguesa, Engenharia de Produção, Pedagogia, História, Engenharia Mecânica, Licenciatura em Língua Inglesa, Geologia, Medicina Veterinária, Licenciatura Portuguesa do Brasil como segunda Língua, Farmácia, Agronomia, Educação física, Turismo, Fonoaudiologia e Artes Cênicas, distribuídos entre os campos Darcy Ribeiro e Faculdade de Ceilândia, entre esses 15 são estudantes da Pós Graduação.

O departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde FS/ENF oferta quatro vagas para o vestibular indígena vagas/suplementares sendo essas distribuídas entre o primeiro e segundo semestre de cada ano letivo, segundo o edital N°1, de 18 de outubro de 2019 (CEBRASPE, 2019).

No meio acadêmico existe uma diversidade de percepções religiosas, étnico-racial, políticas e de gênero, essa diversidade pouco é analisada com uma ótica metodológica e sistemática. Há uma diversidade com potencial de transformação científico, mas que é forçada em uma universalização científica ocidental que ainda não dá conta de conversar com essa diversidade. Assim, se perde a oportunidade de desvelar uma realidade tão recente caracterizada pela inserção, e trajetória de estudantes indígenas oriundos de uma diversidade pluriétnica. A suplantação dos estereótipos relacionados ao preconceito e discriminação se faz necessário na execução do processo educativo e respeitoso às diferenças (Botelho, 2015).

No entanto trago uma análise descritiva, crítica-reflexiva acerca da minha trajetória como mulher indígena graduanda no curso de Enfermagem da Universidade de Brasília. Sobretudo dos processos de enfrentamentos e desafios experimentados neste contexto.

2. Metodologia

Trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva e crítica-reflexiva. A experiência, que aqui será tratada, refere-se à trajetória pessoal - acadêmica como estudante indígena no Curso de Enfermagem da Universidade de Brasília.

O relato de experiência é compreendido como um trabalho de linguagem, uma construção que não objetiva propor a última palavra, porém tem caráter de síntese provisória, aberta à análise e à permanente produção de saberes novos e transversais. Narrativa que simultaneamente, circunscreve experiência, lugar de fala e seu tempo histórico, contudo articula um robusto arcabouço teórico, legitimador da experiência enquanto fenômeno científico. O RE é uma importante tecnologia de produção de conhecimento científico, objetiva descrever precisamente uma dada experiência que possa trazer contribuições de forma relevante (DALTRO; FARIA, 2019).

O RE caracteriza-se por uma multiplicidade de opções teóricas e metodológicas, que valoriza a explicitação descritiva, interpretativa e compreensiva sobre fenômenos, circunscrita num tempo histórico. Quando revelam enfrentamentos e dificuldades, os relatos são muito importantes para alertar outros pesquisadores, sendo, conseqüentemente, um importante produto científico na contemporaneidade (DALTRO; FARIA, 2019).

Para tanto, este estudo abordará a experiência vivenciada, dentro e fora de sala de aula. Será colocado como a discente se sentia e o que poderia ter sido feito para sanar

este abismo entre duas culturas, em um espaço de convivência tão dispare. Para tanto serão relatada as principais práticas da experiência acadêmica na enfermagem, nos ambientes de sala de aula, pratico/prática hospitalar, e ambiente da UnB como ambiente de convivência.

3. Ser estudante indígena e a trajetória no Curso de Enfermagem da UnB

3.1 O contexto da experiência

O ingresso na universidade se deu através do vestibular específico, como explicitado acima, resultado da cooperação técnica entre a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a Fundação Universidade de Brasília - FUB. Esse transitar entre comunidade e universidade me levou a realidade culturais fora do meu contexto, como por exemplo, a manutenção individual dos estudantes indígenas na cidade/universidade e desafios que dialoga com auxílio financeiro pago pela FUNAI. O ponto negativo desse convênio era a impossibilidade de acessar outros projetos de bolsas da assistência estudantil da UnB, pois consideravam o recurso suficiente para manutenção tanto na vida acadêmica quanto na pessoal.

Contudo, faço parte da segunda turma de alunos que ingressou na UnB/FS no curso de enfermagem. E hoje penso o quanto o departamento, os professores e a Universidade estavam inaptos para lidar com a presença indígena na sala de aula, nos corredores, explicitando o estranhamento da presença de indígenas no espaço acadêmico. Porém, atualmente, percebo um avanço nesse sentido com as turmas ingressantes posteriormente à minha turma, e isso se deu a partir do momento que o movimento indígena ganhou voz dentro na UnB, em busca de visibilidade e políticas de inclusão e permanência, ou seja, as turmas de hoje não enfrentam as mesmas dificuldades que eu e as primeiras turmas enfrentamos.

O curso se deu na UnB no *campus* Darcy Ribeiro - Faculdade de Ciências da Saúde, no Departamento de Enfermagem. A UnB é vista como uma renomada universidade no ranking das melhores Instituições da América Latina. Trata-se de uma Universidade transformadora com o compromisso de divulgar, produzir e integrar conhecimentos e comprometimento com a formação profissional. A enfermagem, que tem como referencial as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), possui características inerentes aos demais cursos da universidade, sistematizada e pautada na inerência entre ensino, pesquisa e extensão. Onde o ambiente acadêmico da

enfermagem propicia inúmeras possibilidades e novas perspectivas. Dando ao acadêmico, o acesso a laboratórios de enfermagem com equipamentos e manequins, simulando o cenário hospitalar, e dispõe de projetos de pesquisa e extensão voltados para prevenção e cuidados de doenças, no âmbito hospitalar e ambulatorial, ensino e educação em saúde voltado para a comunidade e público em geral.

3.2 Referências para indígenas na universidade

A “salinha” como chamávamos o espaço físico localizado no subsolo do ICC sul, onde nós, acadêmicos indígenas, nos reunimos para partilhar experiências, nos organizar e nos fortalecer enquanto grupo em busca de melhorias e políticas que atendam às nossas especificidades enquanto parentes indígenas, tornou-se um espaço político de organização do movimento indígena estudantil na UnB. Acolher uns aos outros é uma prática nossa como veteranos, objetivando o apoio e a orientação a cada grupo de estudantes ingressantes na UnB, a fim de estreitar as relações, e minimizar o impacto diante de um novo cenário tão desigual e desafiador. A “salinha” tornou-se este espaço que nos congregava e permitia o encontro e formação do movimento indígena estudantil.



Foto: Arquivo AAIUNB

Essa prática do acolhimento foi pensada tendo como exemplo as dificuldades dos primeiros acadêmicos indígenas ingressantes na UnB, como é o meu caso e de tantos outros. Tínhamos uma coordenação não incorporada ao sistema de organização

da universidade, denominada de Assuntos Indígenas, que posteriormente se tornou a Maloca e a COQUEL.

As formas de enfrentamento às dificuldades é algo que buscamos de forma individual e coletiva enquanto coletivo indígena, movimento indígena estudantil. Diante de tantos desafios, fica a reflexão que diante do cenário acadêmico, a UnB não está preparada para receber e lidar com os povos indígenas presentes na Universidade.

Tranquei os semestres ao longo do meu curso por quatro vezes em momentos diferentes e voltei para aldeia, onde pude me fortalecer espiritualmente, fisicamente e assim voltar e dar continuidade aos estudos. A minha família e minha espiritualidade são refúgios onde busco sempre apoio e forças para continuar, mesmo omitindo algumas dificuldades para evitar preocupações. Diante de vários percalços superados, me permiti dar voz a minha trajetória e experiência no curso de enfermagem da Universidade de Brasília, onde tive a oportunidade de crescer profissionalmente e pessoalmente, me refazendo diante das dificuldades, uma luta diária de superação para nós indígenas, por estar em um novo contexto, sem família a nossa principal base de vínculo e enfrentamento às dificuldades.

3.3 Vida na Aldeia e vida na Universidade: trajetórias, intersecções e significados

Demarcar esse espaço com meu relato me faz memorizar os processos de superação, desde timidez, silêncio, falta de afeto e sororidade humana, às reprovações e à saudade da família foram desafios que aprendi a lidar e superar e um incentivo em querer ser enfermeira. O curso de enfermagem, mesmo lidando com cuidados de “corpos humanos”, invisibiliza o meu corpo enquanto aluna e mulher indígena. Essa marca carrego e espero que as próximas indígenas não presenciem mais certos tipos de tratamento, como o da não presença, mesmo estando presente. Para iniciar o processo de apresentar minha trajetória, evidencio o meu lugar e do meu povo que segue nos próximos parágrafos no texto.

Como enfatiza Castilho e Guimarães (2020), as mulheres indígenas produzem conhecimentos sobre o mundo que vivem, se colocam e se conduzem de forma física e intelectual, ao se identificarem como mulheres indígenas, elas se propõem a solucionar problemas, impostos as mesmas. As organizações de mulheres são respostas a essas imposições que convergem e divergem, onde atuam de modo a lutar contra o racismo, ao contrário do estereótipo criado em relação às mulheres indígenas, enxergadas como

dependentes, que não falam por si mesmas. Porém as mulheres têm a sua representatividade e protagonismo instigante seguindo do colonial ao decolonial.

Sobre o retrato da violência, Castilho e Guimarães (2020) observam a colonização sobre os corpos de mulheres indígenas, partindo de narrativas hegemônicas que reproduz consciência histórica, ofuscando outras narrativas. Para tanto, mulheres indígenas corporificam sua memória em outro ritmo, no que diz respeito ao corpo político, impondo sua história de luta e vida em comunidades. Essa história que carrego como mulher indígena, produtora de conhecimento e de uma ciência localizada no meu povo Fulniô foi a todo o momento silenciado nas disciplinas. Poucos foram às oportunidades de relatar e esclarecer sobre o cuidado em contextos indígenas que poderiam enriquecer o conhecimento em enfermagem.

O povo Fulni-ô, até início do século XX, era conhecido pelo nome de Carnijós e habitantes do município de Águas Belas, estado de Pernambuco, numa região conhecida como Polígono da Seca Nordestina. Na cidade de Águas Belas, se encontram as instalações do Posto Indígena da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A atenção à saúde do povo Fulni-ô é de responsabilidade do DSEI-PE que, por sua vez, tem sua sede localizada em Recife, capital de Pernambuco.

A população do povo Fulni-ô, segundo o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), de 2014, é de 4.689 indígenas. Esse dado é contestado pela própria população indígena local, que estima em torno de 6.000 pessoas. Atualmente, a aldeia possui três escolas com ensino desde o primeiro ano do fundamental até a conclusão do ensino médio, todavia nem sempre foi assim.

O contingente mais ancião, em sua maior parte, não sabe ler e escrever, mesmo tendo algumas escolas sido fundadas desde os primeiros anos da instalação do posto do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Quando não sabem ler e escrever, cursaram até o que se considera hoje o 5º ano do ensino fundamental, relacionado pela necessidade do trabalho muito cedo. Os mais jovens, na sua maioria, são alfabetizados, possuindo em sua maioria ensino fundamental e médio (TORRES, 2017).

Os Fulni-ô têm séculos de contato com a sociedade não indígena, o que resultou em impactos significativos para a história e a organização sociocultural deste povo. (SILVEIRA et al, 2012:31 apud TORRES, 2017). Durante esse período, foram desenvolvidas diversas estratégias para manterem-se não somente no território, mas também para enfrentar diversos percalços que insistiam em submetê-los ao

desaparecimento da sua cultura, como eles mesmos dizem yafe-lhá, isto é, extinguir nossa terra sagrada (PINTO, 1956 apud TORRES, 2017).

De acordo com Garnelo (2012. p.19), a atuação direta de instituições públicas em políticas indigenistas se deu através do SPI que foi substituído a partir de 1967 pela FUNAI, ambos os órgãos atribuídos a prestar assistência aos povos indígenas em diversos campos da vida social, como saúde, educação, direitos fundiários, proteção aos conhecimentos tradicionais e desenvolvimento econômico, para tanto tais instituições não cumpriram com essas demandas.

Entre os aspectos negativos dessa política adotada no País, a “prática da tutela”, medida jurídica delegada a esses órgãos a fim de decidir pelas comunidades, mediante a isso retira dos indígenas o direito de protagonismo a suas próprias vidas. Tais políticas foram avaliadas pelos povos indígenas como insatisfatória e inadequada, segundo Garnelo (2012) esse cenário foi consideravelmente substituído pela Constituição de 1988, reconhecendo como direitos dos povos indígenas, suas terras, auto representação jurídico-política, no que diz respeito à saúde que se destaca na criação de um subsistema específico, educação, assim como a preservação de suas línguas e culturas.

Com a criação do SUS, a partir da Constituição Federal de 1988 que garante o direito à saúde a toda a população brasileira, ampliou-se a cobertura dos serviços de saúde à população brasileira. Em seguida, a partir da luta do movimento indígena foi criado o Subsistema de Saúde Indígena, segurado pela Lei nº 9.836 em 23 de setembro de 1999, foi garantido aos povos indígenas um modelo diferenciado e global de atenção à saúde como parte da rede do SUS (SCOPEL, 2014).

Historicamente, os povos indígenas vivem uma constante luta por direitos básicos como cidadãos brasileiros, direito à diferença étnica, saúde, território, educação entre outros, adquiridos a partir de muita mobilização por parte dos movimentos associativismo indígena.

Com a finalidade de ilustrar a análise, trago minha trajetória: sou Conceição Marques, Fulni-ô, filha mais velha de sete filhos, que teve a oportunidade de ingressar no ensino superior. Filha de indígenas agricultores, nasci e me criei na aldeia/comunidade, onde estudei e tive a oportunidade de crescer aprendendo através da oralidade a história do meu povo e a importância da nossa cultura e ritual sagrado o Ouricuri, que manteve e mantém viva até os dias de hoje a nossa língua “Yaathe”, que é a nossa identidade enquanto indígena Fulni-ô.

O Ouricuri é o local onde nós, do povo Fulni-ô, passamos três meses para realização do nosso ritual sagrado, realizado anualmente durante três meses, onde só é permitido entrada de Fulni-ô, ou indígenas Kariri-Xocó, pela semelhança entre o ritual, assim como podemos frequentar o ritual, Kariri-Xocó. Os não indígenas não têm acesso nem podem saber o que acontece no Ouricuri. Passado esse período, voltamos para aldeia onde passamos nove meses.

Ressalto a importância da educação especial indígena também, outra garantia à diversidade dos povos indígenas que veio por meio da Constituição Federal de 1988. Seguindo esse calendário especial nas comunidades, durante o ritual do Ouricuri, que é realizado no período de setembro a novembro, onde acontece as férias da escola indígena Fulni-ô, ou seja, o fato da escola seguir um calendário escolar específico pelo seguimento do ritual, revela o respeito à organização e especificidade do meu povo.

Atualmente, as mulheres indígenas estão concluindo o ensino médio, isso foi uma conquista, a partir da oportunidade de tê-lo ofertado na própria comunidade. Isso tem levado muitas indígenas mulheres a oportunidade de sair da aldeia para cursar o ensino superior, quando no passado somente os homens saíam da aldeia para estudar. Ressalto que essa conquista da inserção da escola e principalmente do ensino médio na aldeia, se deu a partir da Diretriz Nacional de Educação Escolar Indígena no Brasil, oportunizando a educação na própria comunidade.

Sou indígena mulher, carrego comigo uma identidade cultural e ancestral, considerando que minha tia paterna e avó materna foram figuras importantes na existência da geração do meu povo na comunidade. Revelado no cuidado, na busca de autonomia do povo, de levar o bem estar na vida de todos. Isso me fez ter olhos para a enfermagem, e ao mesmo tempo me fez ir atrás dos meus sonhos impossíveis, que depois de passar no vestibular se tornaram possíveis.

Desde o ensino médio tive interesse pela área da saúde, tentei outros vestibulares em outros lugares em outros cursos, dos quais não fui aprovada. Costumo até mesmo dizer que escolhi a Enfermagem e Obstetrícia, curso que a Universidade de Brasília oferecia na época, porque a parteira tradicional está em mim como uma ancestralidade gritante, que me chama intensamente. Não tive o prazer de acompanhar os partos que minha avó e minha tia assistiram, porém sempre ouvi relatos de mulheres que pariram com parteiras.

A parteira deixou de exercer sua prática no povo Fulni-ô, pela opressão dos não indígenas. Isso aconteceu há muito tempo atrás com a chegada da igreja católica, sendo assim essas parteiras foram deixando de seguir esse ofício muito cedo de forma violenta, partindo do pressuposto que essas parteiras estariam colocando a vida dessas gestantes em risco.

Penso que essa premissa imposta às mulheres indígenas Fulni-ô foi uma violência vivida que resultou na perda desses saberes tradicionais acerca da parteria. Minha avó, e minha tia eram parteiras, e isso é algo que reverbera fortemente em mim. Fazendo uma busca dessas memórias na aldeia com mulheres que pariram com parteira, ouvi o seguinte relato de uma delas:

“A parteira, veio me olhar porque minha mãe foi chamar ela, porque eu estava sentindo muita dor, quando ela chegou disse; minha filha você está parindo, mas eu não posso fazer seu parto, porque se acontecer alguma coisa eu vou presa”.

“Eles os médicos, falavam pra nós ir parir na cidade porque se não, morreria nós e nossos filhos e quem estava fazendo o parto, pode até ser presa, mas eu disse que não ia, porque eu pari quatro filhos na aldeia e ninguém nunca morreu, nós mulheres parimos assim a vida toda.”

Diante da minha vivência e relatos ouvidos, por outra geração de mulheres, muito me fazem pensar em ter uma formação, para atuar na minha aldeia nesse lugar dos saberes tradicionais acerca da saúde do corpo da mulher e a parteria tradicional, isso me impulsiona, e incentiva, principalmente quando trago essa pauta em rodas de mulheres e percebo o quanto esse assunto precisa ser abordado dentro da aldeia. Principalmente isso se dá porque as práticas tradicionais acerca dos cuidados no pós-parto estão vivas e são praticadas até hoje. Durante o puerpério, as mulheres seguem todos os cuidados com o corpo e recém-nascido seguindo nossa cultura de cuidado com o corpo.

As parteiras foram arrancadas do cenário do parto de maneira progressiva, onde médicos usavam o discurso higienista acerca dos saberes da parteira, como de várias manobras desvalorizando e invisibilizando os saberes tradicionais. No entanto, teve reflexão positiva pelo discurso da modernidade, constituindo um contexto de ideias

acerca do corpo da mulher, onde o parto foi institucionalizando, legitimando o saber ocidental, transformando assim a parteria em histórias do passado (BARROSO 2001, p.05, apud OLIVEIRA 2014).

Diante desse contexto, é importante frisar que no Brasil a melhoria acerca da atenção ao parto e nascimento avançou bastante, resultado de esforços e iniciativas do governo e sociedade. De acordo com Oliveira (2014), a criação do SUS em 1988, assim como às políticas de saúde no país foi um avanço acerca do acesso à saúde para os povos indígenas aos serviços de saúde, porém o modo como o mesmo chegou aos indígenas foi violento inviabilizando, desmerecendo e desvalorizando os saberes e medicinas tradicionais indígenas, a intimidação do sistema de saúde biomédico e hegemônico introduzido, culminando com desaparecimento dessa prática.

Contudo, Oliveira (2014) retrata o ofício das parteiras como um saber ancestral, repassados pela oralidade, logo uma atribuição privativa às mulheres, ou seja, repassada de mulher para mulher. Assim como ocorreu em vários lugares do mundo, contudo nas comunidades indígenas, após a institucionalização do parto, o nascimento deixou de ser realizado no ambiente domiciliar para o hospital, diante desse cenário não temos registros em Fulni-ô, porém in-memória de mulheres que pariram com parteiras.

Tive a oportunidade de concorrer a uma vaga no curso de enfermagem pelo vestibular específico. Quando soube por alguns colegas, que na aldeia especificamente na escola indígena Fulni-ô, estavam realizando inscrições para o vestibular da UnB, na ocasião já tinha ouvido falar da UnB, mas não do vestibular específico, porém sem muita informação.

Recordo que no processo de acesso muitos indígenas se inscreveram, e hoje percebo que para muitos de nós, as dificuldades começaram ali, no momento da inscrição, pois a prova seria realizada em outro estado Maceió - AL. Para muitos a realidade socioeconômica não permitia arcar com a despesa da viagem, mesmo tendo um local para dormir. E muitos de nós, inclusive eu, pegamos dinheiro emprestado para poder custear a viagem, para a alimentação e passagem para Maceió- AL.

Recordo de termos passado uma noite em um alojamento de um campo de futebol, para realizar a prova no dia seguinte e voltar para aldeia, percebo que ao mesmo tempo em que política de acesso nos possibilita alcançar o “acesso” ao vestibular, ainda existe, para muitos, impasse do deslocamento. Dificuldade essa sanada em partes pelo vestibular específico, que atualmente é realizado nas comunidades indígenas, durante o

processo de realização do vestibular, por duas vezes o mesmo foi realizado na aldeia Fulni-ô, uma conquista, posso dizer.

Ser aprovada foi uma conquista não só para mim, mas para minha família e meu povo, pois sou a primeira de toda minha família a conseguir chegar na graduação. O cenário acadêmico é visto como um novo mundo, uma oportunidade de crescimento, desenvolvimento profissional e pessoal. Para um indígena pensar em estar na academia é almejar uma meta distante, apesar de existir atualmente políticas que assegurem esse direito, se faz necessário intensas reflexões e problematizações acerca do acesso, trajetória e permanência dos indígenas nas Instituições de Ensino Superior - IES.

No meu caso, eu não me via como parte desse processo, por isso sempre me anulei na sala de aula, e hoje percebo que isso fazia parte de uma forma de defesa para fugir dos ataques racistas e olhares julgadores. Passei por várias dificuldades das quais me recordo com lágrimas nos olhos, principalmente por ter ingressado na academia em umas das primeiras turmas. Éramos um grupo menor, e bem vulnerável aos desafios vivenciados, principalmente porque as políticas conquistadas pelo movimento e articulação dos acadêmicos indígenas junto a UnB que temos atualmente, não existiam.

Diferente dos demais alunos da UnB, nós estudantes indígenas ao ingressar na universidade, no primeiro semestre, não éramos matriculados seguindo o fluxograma do curso, matérias “básicas para nos adaptar” o que já nos custava um semestre de atraso, consequentemente ao nos deparar com as matérias obrigatórias sentimos o impacto do ensino fundamental precário nas comunidades indígenas. Porém o jeito era correr atrás do prejuízo. No entanto começava a falta de estímulo, e até mesmo a evasão de alguns estudantes, evasão que continua até hoje, e trago isso, com angústia, porque cada acadêmico indígena que desiste do curso é um profissional indígena a menos nas comunidades e um sonho inacabado.

Ao recordar o dia em que uma indígena Tupinikim, que ingressou na mesma turma que eu, no mesmo curso, desistiu, e eu “cogitei” como eu queria ter a mesma coragem para desistir, e hoje penso, ainda bem que não tive, logo não estaria pautando melhorias e necessidades de políticas de inclusão e permanência que atendam aos acadêmicos indígenas ingressantes na FS/ENF da Universidade de Brasília.

Souza (2008) retrata que é preciso garantir a permanência com qualidade dos acadêmicos indígenas na universidade de forma que os mesmos consigam chegar a diplomação regularmente de modo menos traumático possível.

No entanto, nos primeiros semestres, quando acontecem as disciplinas introdutórias básicas, as dificuldades são maiores para quem vêm de escolas indígenas e por esse motivo há uma necessidade de criação de estratégias para enfrentar as dificuldades que acometem os acadêmicos indígenas, garantir estratégias que visem a permanência, pautado não apenas no desenvolvimento acadêmico.

Muitas vezes me senti perdida, excluída, incapaz, frente à algumas disciplinas, sentimento esse, que ouvi de vários outros colegas indígenas. Passei por alguns planos de estudos que tinham como objetivo, montar um esquema de matérias das quais eu teria que cumprir em determinados semestres, o que me deixava muito apreensiva, angustiada e em crises de ansiedade extrema por medo, medo de não conseguir cumprir o plano de estudo, e ser desligada da UnB, ou seja desvinculada da universidade, e ter meu sonho interrompido pelo sistema. Isso refletia como um fracasso, e quero aqui ressaltar que esse é um dos maiores medos entre os acadêmicos indígenas.

Ao me deparar com as disciplinas específicas do curso de Enfermagem, nas quais não tinha tantas dificuldades, e boa parte associo ao apoio e acompanhamento e incentivo oferecido por parte da COQUEI, como também ao surgimento de várias políticas de apoio e enfrentamento, como por exemplo, monitórias individuais, onde os monitores eram preferencialmente da enfermagem e que já estavam há alguns semestres a frente no curso, ou seja veteranos, participação em projetos e PIBIC, que entendo como uma forma de incentivo e inclusão.

Dando continuidade na formação, com o movimento e articulação entre os acadêmicos foi criada a COQUEI e vieram várias conquistas de enfrentamento às dificuldades. Essa iniciativa partiu dos próprios estudantes, percebendo a necessidade de buscar políticas com objetivo de superar essas dificuldades. Mesmo assim, podemos perceber e considerar que a universidade assim como o Departamento de Enfermagem em específico não estão preparados para lidar com os povos indígenas inseridos nesse contexto.



Foto: Arquivo AAIUNB

Durante estágios/aulas práticas, sempre surge à ideia de como associar esse aprendizado e aplicar determinadas técnicas e procedimentos na aldeia, tendo em vista que se trata de outro contexto, com outras visões, práticas e saberes culturais próprios, e uma diversidade de formas diferentes de cuidado com o corpo e saúde.

Eu, como indígena, contudo presenciei momentos de invisibilidade em relação a questão indígena, com a “saúde indígena” durante as aulas, como quando um professor estava dando aula sobre a Política Nacional de Imunização - PNI, focando nos grupos de risco e pessoas que tinham “prioridade” nas campanhas de vacinas do governo e não mencionou os povos indígenas como parte desse grupo. Quando terminou a aula, questionei sobre o determinado fato e em resposta disse: “você tinha me falado que era indígena, que eu poderia explicar melhor o assunto durante a aula”.

Saúde Indígena aqui é entendida, por mim como, a garantia a direito dos povos indígenas a atenção à saúde de qualidade de forma que atenda as especificidades, contemplando a diversidade sociocultural, política, e geográfica, valorizando e respeitando os saberes tradicionais, onde a medicina ocidental corrobore junto aos saberes, práticas e costumes próprios dos povos indígenas, objetivando a promoção da saúde da família e comunidade.

Portanto, a saúde indígena é vista como um sistema que atende de forma única todos os povos indígenas do Brasil, contudo esse sistema segue sua política de forma

orientada pelo SUS, que diante de cada contexto e organização tende a adaptar-se. No entanto, são 305 povos diferentes e 274 línguas indígenas no Brasil, povos que entendem saúde e cuidado com o corpo/espiritual e mente das mais diversas formas, e mantêm seus costumes crenças e culturas acerca desses cuidados a sua maneira, que são somados pela interculturalidade, que percebo como uma forma de fortalecimento e partilha de saberes entre povos indígenas, uma maneira de integralização cultural sem que um saber anule outro, diversidade esta que se manifesta diante da pluralidade cultural indígena brasileira.

Sinto abertura por parte de alguns professores em relação às questões indígenas e “saúde indígena”, porém é preciso a sensibilização e problematização desta demanda junto ao departamento de enfermagem. Penso que devemos e podemos mudar esse cenário, e sensibilizar os docentes em relação a presença indígena no contexto de ensino e aprendizagem no departamento de enfermagem, com relação a presença indígena

Nós, povos indígenas, não podemos perder a esperança acerca dessa mudança. Por meio do movimento indígena, foi possível reivindicar direitos como sujeito integrante da sociedade. A mobilização e articulação da Associação dos Acadêmicos Indígenas da UnB conquistou um tão sonhado espaço físico, a “Maloca”, principalmente por alguns acadêmicos das primeiras turmas digo de 2006 a 2008, ingressantes na UnB, os quais não tiveram a oportunidade de conhecer o espaço. Foi a partir da luta desses, que desenharam o projeto “Maloca”, seguiu a luta dos demais por essa demanda, uma conquista no espaço acadêmico.

Após o acesso ao espaço de acolhimento que reconhecemos como a construção do Centro de Convivência Multicultural - MALOCA é possível o estreitamento das relações entre os acadêmicos indígenas, acolhimento, partilha em relação às dificuldades, onde podemos estudar descansar, trazer nossas danças culturais, conversar e praticar nossos rituais, espaço que nos representa dentro da universidade e permite o fortalecimento enquanto grupo com os mesmos anseios, e por último e não menos importante, o enfrentamento à exclusão e preconceito.

Contudo isso conquistado não deixamos de ouvir frases discriminatória como, por exemplo, certa vez ouvi de um colega de turma que: “Um jeito fácil de ingressar na UnB era ser filho de diplomata ou ser índio”. Estávamos fazendo trabalho em grupo, recordo que o ocorrido me deixou tão desestimulada, que pedi ao professor para sair do grupo, e falei que se eu não pudesse fazer parte de outro grupo, preferia ficar sem a

nota. Ressalto que era uma matéria que eu já tinha reprovado, e tecnicamente não poderia mais reprovar.

Nesse processo, poder contar com um professor que foi compreensivo e receptivo foi importante, ele me colocou em outro grupo. Relatei o fato ocorrido para alguns amigos indígenas que estavam presentes na Maloca na ocasião, e para minha surpresa, essa pessoa com a fala racista e preconceituosa, morava com indígenas na casa do estudante na UnB. E foi desses parentes indígenas que recebi apoio moral e emocional, também recebi apoio psicológico por parte da COQUEI.

Durante a minha formação, em outros momentos durante o estágio no hospital ouvi uma enfermeira, pedir para determinada paciente, “dobrar as pernas igual perna de índio”. Dessa vez rebati com vontade, pois no setor havia mais duas pacientes indígenas aos cuidados da equipe e conseqüentemente dessa profissional, então pedi para conversar com ela, e ela me disse: “Peço desculpas pelo meu comentário infeliz”. Ela se retratou, e me pediu desculpas. Nesse momento, me vi como porta voz de direitos indígenas e não apenas como aluna de enfermagem que estava ali somente para aprender. Friso que foi um aprendizado bem doloroso para mim, enquanto indígena, me permitir não mais calar minha voz, diante de determinados comentários e frases racistas e preconceituosas.

Diante desse processo ouvi várias falas racistas e preconceituosas de professores acerca de pinturas corporais indígena, quando o respeitar é o mínimo que podemos oferecer ao próximo. Ainda ouvir, de uma assistente social, servidora da UnB, que: o “fato de ser uma aluna indígena” não quer dizer que vou ter certos “privilégios”, quando na verdade eu estava buscando um direito meu, junto a DDS como aluna cadastrada na assistência estudantil da Universidade de Brasília.

É protocolo que o aluno cadastrado nos programas da assistência estudantil, se submeta a uma entrevista junto a assistente social para que seja analisada sua real condição financeira e assim possa ter acesso aos programas da UnB como o auxílio moradia, alimentação dos quais eu participo.

Não diferente de outros estudantes indígenas, naquele momento o meu sentimento era de estar mendigando algo para aquela determinada funcionária, ou seja, ela estava supondo que eu estaria “me aproveitando da condição de ser aluna indígena”, para conseguir benefícios da assistência estudantil.

No entanto, ao sair da entrevista, encontrei com outra aluna indígena do curso da medicina, que me questionou como tinha sido a minha entrevista, então relatei, e a

mesma falou que essa mesma assistente social, fez ela se sentir humilhada na entrevista e que ela chorou muito diante da situação ocorrida. Não me contive, voltei ao departamento e pedi para falar com o coordenador do departamento, sobre o ocorrido, pois eu não estava mendigando, mas sim buscando um direito, pois naquele ano nosso direito tinha sido reconhecido como parte para permanência e formação de indígenas na universidade, ou seja o auxílio moradia. Dessa experiência se pode perceber a não experiência dos técnicos para lidar com povos indígenas e a garantia de direitos conquistados.

Diante desse cenário, se faz necessário pensar em estratégia de enfrentamento ao racismo, preconceito e discriminação, sofrido por parte dos acadêmicos indígenas na UnB. Visto que este tipo de violência está presente no cotidiano dos acadêmicos, e causa situações de sofrimento em vários momentos durante a graduação, considerando que a nossa universidade não tem políticas específicas de atendimento aos povos indígenas, nas quais estamos na luta para reconhecimento desde 2006, até os dias atuais. A COQUEI foi o início desse processo.

4. Uma descrição do curso de enfermagem da UnB

O curso de Enfermagem da Universidade de Brasília é constituído em 10 semestres (mínimo) e 15 o (máximo), algumas disciplinas que têm relação com o curso de enfermagem e que constituem a grade curricular da Enfermagem, são: a Biologia e Química, assim como as algumas das Ciências Humanas, como: Psicologia e Sociologia, as demais são disciplinas específicas do departamento de Enfermagem. A graduação na enfermagem nos possibilita ter inúmeras oportunidades práticas de ensino, pesquisa e extensão, durante 5 anos de graduação, mas ao mesmo tempo foi onde encontrei diversas dificuldades que passarei a relatar ao longo do texto.

Em 2006, ingressaram os primeiros indígenas no curso de enfermagem da UnB, conheci três deles, duas mulheres e um homem, dois desses evadiram do curso, e uma se formou, ouvi muitos relatos e dificuldade dos mesmos, frente às dificuldades, e confesso me assustou um pouco, mas não foi o bastante para me fazer desistir. Hoje percebo com grande lástima o quanto esses indígenas, principalmente os ingressantes das primeiras turmas foram vítimas do sistema excludente.

Definir a enfermagem não é uma tarefa fácil, pois encontrei na literatura muitas definições, porém escolhi as definições e reflexões pela ótica de Wanda Horta (1968), teórica da enfermagem.

Segundo Florence Nightingale, a enfermagem pode ser definida como: A arte da enfermagem é a mais bela das artes, considerada como tal, requer pelo menos tão delicado aprendizado quanto uma pintura ou escultura, pois que não pode haver comparação entre o trabalho de quem se aplica à tela morta ou ao mármore frio, como o de quem se consagra ao corpo vivo. O cuidar de doentes é tarefa que sempre coube a mulher e sempre lhe deve caber.

Horta (1968) ressalta que pela época Florence atribui que a enfermagem era uma tarefa de mulheres, talvez influenciada pelas lutas femininas da época. Definição segundo Horta “poeticamente bela”, porém incompleta sob o ponto de vista científico, por não delimitar nem aproximar o campo de atividade profissional, se não mistura com o de outros profissionais que se consagram ao cuidado com o “corpo vivo” da enfermagem.

Contudo Propondo o seguinte conceito:

“Enfermagem é a ciência e a arte de assistir o ser humano no atendimento de suas necessidades básicas e torná-lo independente desta assistência através da educação; de recuperar, manter e promover a saúde para isso com a colaboração de outros grupos de profissionais”.

Para Oliveira (2014) um atendimento diferenciado e de qualidade à população indígena é necessário um olhar humanizado e holístico. Não há como dissociar o indígena que está vivenciando um processo de saúde adoecimento de seus saberes e práticas durante o tratamento e /ou acompanhamento nos serviços de saúde. Espera-se que enfermeiro preparado para atuar junto às populações indígenas é aquele que consegue desenvolver o seu processo de trabalho com respeito à singularidade, cultura, crenças e valores do paciente, sobretudo quando agrega ao tratamento de base científica a medicina tradicional indígena na promoção e recuperação da saúde do paciente, família e comunidade.

Ainda sobre a enfermagem, tive a oportunidade de fazer parte do Projeto de Extensão: Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva no HUB: Grupo de Gestantes e

Casais Grávidos de 2018 a 2019, onde pode realizar oficinas sobre o uso das ervas para gestantes e cuidados com o corpo feminino, foi bem prazeroso e de muito aprendizado acerca dos cuidados com as gestantes, durante os encontros me permiti compartilhar sobre os conhecimentos e saberes indígenas, e para mim foi bem gratificante perceber como esses saberes estavam sendo bem recebidos e poder somar com os saberes tradicionais. Participei do PET saúde Indígena e Projeto Vidas Paralelas Indígena - PVPI entre 2014 e 2015, fui extensionista no Ambulatório de Saúde Indígena-ASI no HUB, entre os anos de 2015 e 2017.

Participei de mesas de debates sobre Saúde Mental Indígena e Saúde Indígena durante a Semana Indígena evento realizado pelos acadêmicos indígenas anualmente no mês de Abril, participei como “oficineira” por dois anos na semana de extensão da UnB em 2019 e 2020.. Enquanto aluna participei ativamente de atividades na universidade, o que me fez crescer profissionalmente e perceber o quanto esse universo mesmo desafiador pode somar nas nossas vidas, penso que a universidade vai muito além da graduação.

Contudo enfrentar o racismo e o preconceito nas salas de aulas, por parte de professores, colegas de turma e coordenadores, nos deixa ainda mais vulnerável, diante do cenário universitário, o que me fez por muitas vezes cogitar em desistir do curso, pois sinto que o racismo e o preconceito são formas covardes de ataques. No entanto, pensar em estar em um ambiente alheio às suas crenças, faz pensar que na universidade não há espaço para os indígenas.

5. Considerações Finais

O quadro atual de entrada quase permanente de indígenas na UnB, pelo vestibular específico, demanda um estudo e análise cuidadosa do percurso de inserção e permanência dos acadêmicos indígenas, considerando que há um grande número de evasão e apenas um pequeno percentual consegue avançar em seus respectivos cursos e chegar à diplomação.

Os estudantes enfrentam uma série de dificuldades que devem ser contornadas com a ajuda da universidade. Friso ainda a importância de se manter o vestibular específico para indígenas na instituição, pois constitui uma vertente de oportunidade para os estudantes indígenas no ingresso ao ensino superior, ressaltando também a necessidade de se formar profissionais indígenas na área da saúde, com a pretensão que esses futuros profissionais irão atuar em locais que demandam muito do profissional da

enfermagem por ser áreas carentes de profissionais de saúde, como é o caso das comunidades indígenas. Considerando a realidade das comunidades indígenas o retorno dos profissionais de enfermagem é para suprir determinadas demandas das comunidades, onde for estarei buscando somar junto à saúde indígena com intuito de agregar os saberes tradicionais e ocidentais.

Para tanto um atendimento diferenciado e de qualidade aos povos indígenas é preciso, uma visão humanizada e holística, entendendo que não existe a possibilidade de dissociação do indígena, o processo saúde doença e seus saberes ancestrais, no entanto o é esperado que o enfermeiro que atua junto aos povos indígenas seja preparado e consiga, sobretudo, efetuar um processo de trabalho com respeito à singularidade, cultura, crenças e valores acerca do contexto no qual está inserido, agregando principalmente os saberes tradicionais indígena na promoção e cuidado com a saúde da comunidade.

Vale analisar as potencialidades e fragilidades das políticas de enfrentamento e apoio a esses acadêmicos indígenas, como identificar estratégias pedagógicas que venham somar nesse processo de ensino e aprendizagem, que ajudem a sanar não só a evasão, mas também o impacto sofrido no meio acadêmico, e a permanência, pois penso que se não houver garantia de permanência, inviabiliza a proposta de inserção de indígenas, para atuar nas suas respectivas comunidades.

Tais reflexões contribuem, incentivando os estudantes indígenas na ocupação do espaço como protagonistas da forma de pensar e articular cuidados em saúde voltados para as comunidades indígenas, com a ótica da especificidade e cultural. Portanto existe o desejo de continuar formando indígenas nas unidades até o último indígena se formar doutor no Brasil.

A experiência durante a graduação na UnB traz a importância de refletir sobre a necessidade de problematizar a política de permanência e inclusão dos acadêmicos indígenas, isso por uma ótica de quem está do outro lado dessa linha tênue. No entanto é imposto aos discentes um modelo de ensino hegemônico, que nem sempre é compatível com as realidades e especificidades desses acadêmicos. Contudo penso que no percurso de uma construção que vise à inclusão, requer um modelo de ensino que articule o diálogo entres esses grupos sociais e culturais, considerando suas diferenças e especificidades.

Chegar a diplomação e ter o título de enfermeira e indígena enfermeira no meu entendimento, vai muito além da formação acadêmica, é poder perceber as necessidades

do povo e comunidade com uma ótica de quem tem a vivência e a realidade, sobretudo, agregar um conhecimento singular ao outro, valorizando o duplo conhecimento que vai dos saberes tradicionais indígenas o que na minha percepção poderá somar na manutenção e fortalecimento da cultura étnica na prática com a minha colaboração. O que poderá resultar na articulação dos saberes e desenvolvimento de prática e cuidados voltados para Saúde Indígena que valorize os saberes ancestrais. No entanto ser indígena mulher e ser enfermeira é poder somar junto ao povo e comunidade e equipe de saúde, principalmente quando se tem a singularidade de uma crença, língua e cuidados com a saúde do corpo e mente então articular esses cuidados e saberes por um profissional indígena da enfermagem é um ganho significativo para a Saúde Indígena.

Como retrata Scopel (2014) é necessário o reconhecimento da diversidade social e cultural dos povos indígenas, a consideração e o respeito aos seus sistemas tradicionais de saúde são imprescindíveis para a execução de ações e projetos de saúde assim como para a elaboração de propostas de prevenção, promoção e educação para a saúde adequada ao contexto histórico e cultural dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto; BAIBICH-FARIA, Tânia Maria. A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos. *Rev. Brasil. Estudo. Pedagog.*, Brasília, v. 93, n. 235, p. 818-835, Dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812012000400014>

AURORA, B. Estudantes indígenas: a invisibilidade nas instituições de ensino e nos dados estatísticos. *Interethnic@ - Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, v. 21, n. 3, p. 3-7, 30 dez. 2018. Acesso em 20 Nov. 2020

BOTELHO, Micnéias Tatiana de Souza Lacerda. A formação do enfermeiro indígena: percepções dos discentes e docentes do curso de graduação – UFMT/SINOP. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2013.

BOTELHO, Micnéias Tatiana de S. L.; SECCHI, Darci. A inclusão de estudantes indígenas no curso de enfermagem da UFMT – Sinop: alcances e desafios. São Carlos: Revista Eletrônica de Educação - REVEDUC -, v. 9, n. 1, p. 27-47, 2015. DOI: <<http://dx.doi.org/10.14244/19827199973>> Acesso: 14 de Novembro de 2020

CEBRASPE, Universidade de Brasília, vestibular Indígena UnB/Funai 2020; Edital N° 1, de 18 de Outubro de 2019. Disponível em: <https://cdn.cebraspe.org.br/vestibulares/vestunb_20_indigena/arquivos/ED_1_2019_VESTUNB_20_1_INDIGENA_ABT.PDF> Acesso em: 14 de Nov.2020.

DALTRO, Monica Ramos, Faria, Anna Amélia - Relato de experiência: Uma narrativa científica pós-modernidade, Estudos em Pesquisa em Psicologia. Rev. v. 19 n.1 p. 223 a 237-2019. Disponível em<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015/29664>>. Acesso em 10 de Dez. 2020.

DIAS-SCOPEL, Raquel Paiva; SCOPEL, Daniel. Promoção da saúde da mulher indígena: contribuição da etnografia das práticas de autoatenção entre os Munduruku do Estado do Amazonas, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 35, supl. 3, e00085918, 2019 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019001505002&lng=en&nrm=iso>. Disponível em: 27 Nov. 2020.

HORTA, Wanda de Aguiar. Conceito de Enfermagem. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo , v. 2, n. 2, p. 1-5, Sept. 1968 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62341968000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 Dec. 2020.

LIMA, Edileuza Nunes et al. Inclusão de população indígena e os desafios para prática docente hospitalar em enfermagem no ensino superior: relato de experiência. In: COSTA, Elisa Miranda (org.).Bases conceituais da saúde. Ponta Grossa, PR: Atena,

2019. cap. 22, p. 156-161. E-book. ISBN 978-85-7247-141-1. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/795>. Acesso em.: 25 de Nov. de 2020.

OLIVEIRA, Vilma Benedito de. Saberes e práticas das parteiras Tupinikim. 2014. 40 f. Monografia (Bacharelado em Enfermagem)—Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2014. Acesso em 07 Dez. 2020.

RENAULT, Cláudia Regina Nunes dos Santos. Educação superior indígena na UnB: perfil, trajetória, expectativas e desafios dos estudantes. 2019. 91 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019.

REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007- . Publicação contínua. ISSN 1982-7199. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>> Acesso em: 13 de Nov. de 2020.

SANTOS, Jhennyson Robert Ribeiro dos. O desempenho dos estudantes indígenas que ingressaram na UnB pelo convênio FUB/FUNAI entre os anos de 2004 a 2013. 2017. 34 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, Núbia Batista da. Identidades, vozes e presenças indígenas na Universidade de Brasília sob a ótica da Análise de discurso crítica. 2017. 133 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/31585?mode=full>> Acesso em: 14 de Nov.

TORRES, Maik de Sá. Território e territorialidade: mudanças na consciência coletiva do povo fulni-ô derivadas da transfiguração do seu território. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso, para Obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais - Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2018.

